Educação musical, muito além do som

Ana Carolina dos Santos Martins[1]

Ana Roseli Paes dos Santos[2]

Categoria: Comunicação

Resumo: Esta pesquisa é um trabalho de mestrado em fase inicial, que se dedica a analisar a formação de futuros docentes dos cursos de Licenciatura em Música e em Educação Musical das instituições públicas de todo país e, ao levantamento de estudos sobre o ensino de música para estudantes surdos. Durante o Estágio Supervisionado, observamos que existem muitas crianças com algum grau de deficiência auditiva. Por isso, em muitos casos elas são excluídas das aulas de música, as vezes pelos coordenadores escolares e as vezes pelo próprio professor de música que não se sente seguro para lecionar para esse público. Assim, iniciamos este estudo que segue uma abordagem qualitativa, desenvolvendo-se por meio de pesquisa documental, com o intuito de compreender e averiguar se o futuro docente tem alguma formação que o fundamente, de forma eficiente, para trabalhar com crianças com algum tipo de deficiência. Entendemos que a pessoa surda tem direito de participar de aulas de Música com qualidade, ministradas por professores bem preparados, para que possam vivenciar os diversos ganhos que o aprendizado da música oportuniza.

Palavras-chave: Educação musical especial. Formação docente. Surdo. Pessoa com deficiência.

Music education, far beyond the sound

Abstract: This research paper is a master's degree dissertation in its preliminary phase. It is dedicated to analyzing the training of future teachers in Music and Music Education Licentiate courses at public institutions across the country and surveying studies on music education for deaf people students. During the Supervised Internship, we observed that there are many children with some degree of hearing impairment. Therefore, in many cases, they are excluded from music classes, sometimes by school coordinators, sometimes by the music teacher who does not feel safe to teach for this audience. Thus, we started this study that follows a qualitative approach, developing through documentary research, to understand and find out if the future teacher has any training that will efficiently support them to work with children with some deficiency. We understand that the deaf person has the right to participate in quality music classes taught by well prepared teachers to experience the various gains that learning music brings.

Keywords: Special musical education. Teacher training. Deaf persons. Persons with disabilities.

[1] Mestranda, Pós-graduação em Música da Universidade Federal de São João Del Rei, acarolsm@outlook.com.

[2] Doutora, Universidade Federal do Tocantins/Universidade Federal de São João del Rei/INET-md Universidade de Aveiro (PT), anaroseli@uft.edu.br.

Introdução

Indubitavelmente há ganhos que envolvem a aprendizagem e a prática musical, a literatura especializada mostra diversos estudos sobre essa temática. Todavia, dentro do contexto escolar, há o questionamento se os envolvidos estão preparados para incluir os estudantes com alguma deficiência de forma eficiente nessa disciplina. Na minha vivência enquanto graduanda, durante o Estágio Curricular Obrigatório, tive inúmeros alunos sendo retirados da minha sala de aula, simplesmente por serem surdos. Cursei na faculdade, diversas disciplinas de base didático-pedagógico-musical, mas não encontrei apoio metodológico para realizar um trabalho musical eficiente para as pessoas com deficiências.

Ao olharmos para os documentos que norteiam o ensino de Música nas escolas, temos como referência a Lei Federal nº 11.769/2008 e, de acordo com a referida Lei, a Música se torna disciplina obrigatória ou componente curricular na Educação Básica em todo país, e mais tarde, ela é reforçada com a Lei Federal n.º 13.278/2016. Como pressuposto legislativo, ela deve contemplar todos os sujeitos envolvidos no processo de ensinar e aprender, o que inclui o grupo de estudantes com deficiência. Esse termo, abrange pessoas com uma diversidade de deficiências que segundo a Lei Federal n.º 13.146/2015 no seu Art.º 2º

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, Art. 2º).

Entretanto, o que se observa é a falta de inclusão desses sujeitos em atividades musicais, principalmente quando estas são ofertadas nas escolas. Demonstrando que apesar da legislação específica para o ensino da música e da Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº9.394/1996, garantir a todos os cidadãos o acesso ao ensino, isso não acontece de forma efetiva.

Há questões que suscitam perante essa realidade: - esse grupo de pessoas é, atualmente, contemplados pela lei? As escolas garantem o ensino e aprendizagem musical

para estudantes surdos? Dispõem de educadores musicais com formação específica para atender esses estudantes? Na busca por respostas, a nossa hipótese recai sobre a formação do licenciado em Música e Educação Musical. Será que existe na grade curricular das instituições de ensino superior, uma estrutura pedagógica que suporte a demanda metodológica, específica para atender estudantes com deficiência? Como atender esses estudantes nas aulas de música sem um professor com formação adequada? Os Projetos Pedagógicos Curriculares das Licenciaturas em Música e Educação Musical apresentam algum componente curricular que suporte o atendimento eficiente a essa demanda?

Haguiara - Cervellini (2003, p. 81) relata que, "numa trajetória com oito crianças surdas de quatro anos, durante um ano letivo, cheguei à conclusão de que, independente do grau de perda auditiva, são sensíveis à música", ou seja, o diagnóstico de surdez não nos obriga a alterar o nosso conteúdo programático proposto pois, como vimos, os benefícios trazidos pela música para as crianças ouvintes também são trazidas para as crianças surdas.

Seguindo o mesmo pensamento Ilari (2003, p. 15) comenta que "a música sendo trabalhada acompanhada de movimentos corporais pode estimular até seis sistemas do cérebro". Essa seria, portanto, uma das razões pelas quais a música se torna tão importante na Educação Básica, uma vez que aumenta conforme Muskat (2012, p. 73) a competência do cérebro em diversas áreas: emocional, motora, sensorial e cultural das crianças, de todas as crianças, inclusive dos estudantes surdos. Ou seja, é necessário que haja um rompimento de preconceitos estabelecidos e a compreensão de que a música está além de uma sequência de sons organizados, podendo, de fato colaborar para o desenvolvimento cerebral do público com deficiência.

Assim, é necessário entender a música por outro viés, como um novo objeto de trabalho que precisa ser ressignificado e entendido como parte da comunicação em nossa sociedade, sendo muito mais amplo que estético e apreciativo.

Para tanto, estratégias, adaptações metodológicas e novas práticas de ensino e aprendizagem precisam ser repensadas, reorganizadas e estudas para trazerem ganhos pedagógicos reais aos estudantes com deficiência. Isto passa, primeiramente, por repensar e reestruturar os Projetos Pedagógicos Curriculares das Licenciaturas com disciplinas que possam dar uma formação para o futuro docente atender esse público que existe e está em salas de aula das escolas regulares.

1 Repensando o ensino de música para pessoas surdas

Em uma entrevista, cujo colaborador não permite ser identificado – por essa razão utilizamos um pseudônimo. Perguntamos: Qual foi a sua reação no momento em que recebeu o diagnóstico de surdez de sua filha?

> [...] aquilo ecoava na minha cabeça: - É irreversível! Ela é uma criança surda! – me disse a médica. Sem muito pensar peguei minha filha e fui para casa, deitei ela no berço e com uma mistura de raiva e tristeza, arranquei aquilo dali; o móbile se calou para sempre (SILVA, 2021).

Usualmente essa é a nossa prática quando pensamos em pessoas surdas, afastá-las de todas as possíveis emissões sonoras, afinal, ela é surda. Mas vivendo em um mundo tão ouvinte como o nosso, "o "não-ouvir" numa realidade com a nossa, essencialmente auditiva e oral, representa um problema complicado, tanto do ponto de vista social, quanto do cultural ou pedagógico" (LOURO, 2012, p. 178).

O relato acima expõe a fragilidade do confronto inicial com a surdez, no seio familiar, o que é compreensível, pelo contato com o desconhecido, e é assim, da mesma forma que acontece com as práticas pedagógicas e com a vivência dessa criança surda na escola, mas,

> [...] cabe a nós educadores entre outros profissionais envolvidos com as pessoas com deficiências quebrar os preconceitos que existem em relação a esse assunto. E isso só pode ser alcançado com o fornecimento de informações suficientes que façam com que tabus sejam dissolvidos e os estereótipos derrubados (LOURO, 2013, p. 6).

Enquanto graduanda, foram inúmeros momentos em que estudantes foram retirados da minha sala de aula por serem surdos, no período em que cumpria o Estágio Curricular Obrigatório. Essa experiência levou-me a questionar a formação que recebemos nos cursos de licenciatura, pois estava visível que não existia, de minha parte, uma formação para lidar com essa situação e por parte da escola faltava o entendimento de que estudantes surdos podem e devem participar de uma formação musical na escola como qualquer outra criança.

Cursei duas disciplinas voltadas para essa questão: Libras e Educação Inclusiva. Em Libras, foram 60h de carga horária que não foram suficientes para me tornar uma pessoa profícua no desenvolvimento da língua, não havia possibilidade de estabelecer comunicação com um indivíduo surdo. Já na disciplina de Educação Inclusiva foram 30h de debates e discussões teóricas sem relação com práxis pedagógica.

A partir dessa formação, percebi que é urgente e necessário repensar o ensino musical adaptado às necessidades de cada indivíduo, serve nesse caso a máxima de Aristóteles (2001) se tratarmos pessoas diferentes como iguais, isso caracteriza-se injustiça. Nessa lógica a escola que trabalha somente sob a perspectiva de homogeneidade, pode trazer práticas excludentes para essas pessoas com necessidades especiais, é preciso repensar os processos educacionais. Louro nos alerta que

> [a] deficiência auditiva representa um contingente substancial dos diagnósticos com os quais os professores terão contato em sala de aula. Entendê-la e reconhecê-la são passos primordiais para que se otimize o rendimento do aluno que a apresente, diminuindo, assim, as dificuldades que este enfrentará numa sala composta por alunos com e sem deficiência (LOURO, 2012, p. 169).

Entretanto, o que se observa é a falta de inclusão desses sujeitos em atividades musicais, suprimindo dessa população o direito a uma formação integral e humanística. Todos "os deficientes têm o direito moral, cívico e legal de receber um nível de educação artística semelhante ao das pessoas não deficientes" diz Ruud (1991, p. 32).

Por esta razão se dá a necessidade, urgente, de buscar e identificar as eventuais falhas no processo de elaboração das matrizes curriculares para os cursos de Licenciatura em Música e Educação Musical, considerando que o Brasil possui aproximadamente 5% de sua população de cidadãos comprometidos com algum nível de surdez (TRE-PE, 2021). Abordamos aqui a realidade de estudantes surdos, entretanto as escolas regulares estão repletas de alunos com algum tipo de deficiência e de necessidades especiais que precisam ter seu acesso à educação musical garantida.

2 Metodologia do estudo

Para responder a essas questões e ao problema apresentado foi necessário refletir sobre qual metodologia seria adotada na investigação. Partimos do pressuposto de que o projeto de investigação deve ser sustentado por bases sólidas, e por essa razão, a abordagem metodológica pertinente ao que inicialmente foi levantado como hipótese - considerando o tipo de pesquisa e que esses aspectos metodológicos são vetores para a efetivação de todo o processo de pesquisa, optamos em seguir uma abordagem qualitativa.

Este tipo de pesquisa proporciona ao investigador a reflexão sobre práticas subjetivas comportamentais e sociais através da coleta dos dados e tem sua resposta diretamente relacionada com o tempo, local e cultura.

> A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14).

No âmbito dessa abordagem, pode-se adotar vários procedimentos que permitem um exame minucioso, com o objetivo de compreender e dar respostas as questões da investigação, por meio de inúmeros tipos de documentos. Nesse sentido, a pesquisa documental mostrou-se mais apropriada para este estudo, pois tem o documento como objeto de investigação. A base documental por fazer uso de forma ampla e intensa de diversos materiais originais, que não foram usados anteriormente, como base científica, ou seja, "não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos" (Guba e Linconln, 1981).

Assim, partindo da etimologia da palavra "*documentum*" - significa aquilo que ensina, que serve de exemplo (Rondinelli, 2011) por essa razão pretendemos extrair dos documentos, bases sólidas, para analisar o problema proposto – Será que as Licenciaturas em Música preparam o futuro professor para trabalhar, com estudantes surdos?

Lüdke e André (1986) ao dedicar-se a pesquisa documental, comentam que é preciso ser criterioso na análise do material explícito, pois há muito significado implícito contido nos documentos. Os documentos trazem informações que "cabem" no papel, mas precisamos compreender os determinantes sociais que extrapolaram o papel e hoje são vividos no dia a dia das salas de aulas.

Por fim, o encaminhamento metodológico terá como ponto de partida a coleta dos dados primários, ou seja, a apropriação de todos os documentos sobre os quais se assentam os cursos de Licenciatura em Música e Educação Musical das instituições públicas do país e as publicações correlatas ao tema apresentado, Educação Musical de estudantes surdos nas escolas regulares.

3 O contexto e a coleta dos dados

Appolinário (2009) indica que existem duas categorias de estratégias para a coleta dos dados; uma refere-se ao local e no caso deste estudo a construção do corpus, se dará a partir do levantamento das instituições que oferecem os cursos de Licenciatura em Música e em Educação Musical e que depois de identificadas as instituições de ensino superior, o passo seguinte consiste no acesso aos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos. Esses contextos sociais onde os documentos foram produzidos são importantes, tal qual o é a conjuntura política, econômica e cultural que propiciou a produção do documento. O acesso a essa documentação possibilitará analisar e conhecer a base teórica e prática da formação dos futuros docentes e educadores musicais.

Para além dessa fonte de dados analisaremos as publicações científicas referente ao período 2012 a 2021 que tratam de estudo e pesquisas desenvolvidas e que discutem a inclusão e assistência à alunos surdos no âmbito do ensino da Música nas escolas regulares. Para isso, o levantamento será feito no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) via palavras-chave e nas publicações da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais (ABCM).

4 Análise dos Dados

A análise dos dados coletados será interpretada por meio da análise de conteúdos. Gil (2002), comenta que esta técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto nos documentos, que no nosso caso, serão os Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Música e Educação Musical, nos bancos de dissertações e teses da CAPES via palavras-chave e nas publicações da ABEM, ANPPOM e ABCM.

A análise dos conteúdos desenvolverá três fases, seguindo a orientação de Gil:

> A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados (2002, p. 90).

Entretanto, a literatura especializada considera a análise de conteúdos como uma das possibilidades dentre outras para interpretar o conteúdo de texto. Como é o caso apontado por Sá-Silva *et al* (2009) que fala em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um determinado texto como forma de apontar a importância atribuída a um determinado tema, assunto, ou palavra, ou decompor o documento em fragmentos que possam "revelar sutilezas contidas".

Outros autores como Lüdke e André (1986, p. 42) falam em Unidades de Análises, isto é, segmentos selecionados do conteúdo para fazer a análise, "esse processo, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias ou tipologias" possíveis de serem interpretadas. As autoras indicam também:

> Não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação de categorias, mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante. [...] Em primeiro lugar [...] faça o exame do material procurando encontrar os aspectos relevantes. Verifique se certos temas, observações e comentários aparecem e reaparecem em contextos variados, vindos de diferentes fontes e diferentes situações. Esses aspectos que aparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categorias. Os dados que não puderem ser agregados devem ser classificados em um grupo à parte para serem posteriormente examinados (LÜDKE e ANDRÉ ,1986, p. 43).

Portanto, a análise do conteúdo é de certa forma uma desconstrução do documento para depois reconstruí-lo, com vista a responder aos questionamentos da investigação, exatamente como argumenta Foucault em Arqueologia do saber (2008).

Conclusão

Embora a pesquisa esteja em sua fase inicial, na revisão da literatura e no levantamento dos dados nos contextos citados, o que podemos argumentar é que existe a necessidade urgente de repensar a formação do futuro professor de Música para as escolas regulares, principalmente porque essas instituições recebem alunos diversificados, pois além das questões abordadas na pesquisa, ainda apresentam diferenças: sociais, econômicas e culturais.

Desde há muito tempo existe o entendimento da escola como um espaço heterogêneo e a formação de futuros docentes precisa levar esta condição em consideração, não é possível abordarmos, no âmbito do ensino e aprendizagem da música o sujeito com deficiência de forma invisível. Além disso, o fato de se tratar de um público específico, torna-se importante considerar que o método para ensinar e aprender Música deve ser elaborado e refletido de forma adaptada. A afirmativa da urgência encontra argumento à medida que as pesquisas nesse campo de estudos permanecem em construção, certamente pela complexidade do objeto. Contudo essa é uma realidade visível em muitas escolas de ensino regular em todo país.

Referências

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário Gomes Kury. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

BRASIL. **Dia Nacional da Educação para Surdos e Dia Nacional da Língua Brasileira de sinais**. Disponível em: https://www.tre-pe.jus.br/imprensa/noticias-tre-pe/2021/Abril/23-e-24-de-abril-dia-nacional-da-educacao-para-surdos-e-dia-nacional-da-lingua-brasileira-de-sinais. Acesso em 02 out. 2021.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez., 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 07 out. 2021.

_____. Lei n.º 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da educação, para dispor sobre a**

obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 19 ago. 2008, seção 1, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm. Acesso em 06 out. 2021.
_____. Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015 - **institui a lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 06 de out. 2021.
_____. Lei n.º 13.278, de 02 de maio de 2016. Altera o § 6º do Art.º. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm. Acesso em 06 de out. 2021.
FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GUBA, E; LINCOLN, Y. **Effective Evaluation**. São Francisco: Jossey-Bass, 1981.
HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo:** representação e estigma. São Paulo: Plexus Editora, 2003.
ILARI, Beatriz. **A música e o cérebro:** algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical. Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 9, 2003.
LOURO, Viviane. **Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Som, 2012.
_____. **Educação musical e deficiência:** quebrando os preconceitos. Disponível em: https://musicaeinclusao. files.wordpress.com/2013/06/educacao_musical_e_deficiencia_quebrando_os_preconceitos.pdf. Acesso em 02-Out-2021.
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **A pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, 1986.
MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
MUSKAT, Mauro. **Música, neurociência e desenvolvimento humano.** In: JORDÃO et al. (org). A música na escola. São Paulo: Alucci & Associados Comunicações, 2012.
RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital:** uma revisitação necessária. Rio de Janeiro, 2011.
RUUD, Even. (org). **Música e saúde**. Trad. Vera Bloch Wrobel, Glória Paschoal de Camargo, Miriam Goldfeder. São Paulo: Summus Editorial, p. 32. 1991.
SÁ-SILVA, J. Ronie; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009.
SILVA, Maria da. **Entrevista I.** [junho de 2021]. Entrevistador: Ana Carolina dos Santos Martins. Vitória, 2020. 1 arquivo.mp3 (11min.).